

Educação popular

Marcos José Pereira da Silva *

As 24 pesquisas que se referem ao Tema V – *Educação Popular* – foram agrupadas, pela semelhança dos problemas abordados, em três subtemas: o primeiro, com nove dissertações, discute a participação e autonomia dos movimentos sociais em projetos de Educação de Jovens e Adultos nas parcerias entre Estado e sociedade civil; o segundo subtema, com 12 trabalhos, refere-se à educação para a cidadania, aquela que se processa nos movimentos sociais ou que têm como objetivo a formação da consciência crítica do cidadão; o terceiro subtema refere-se à educação popular na primeira república. Essas pesquisas se encontram relacionadas nos Anexos 1, 2 e 3, segundo o subtema e por ordem alfabética dos autores.

A maior parte da produção teórica (cerca de 50% do total) provém da Região Sudeste, especificamente do eixo Rio-São Paulo. Em segundo lugar, com cerca de 30%, vem a Região Nordeste. Em terceiro lugar, com cerca de 20% da produção teórica, está a Região Sul, sendo que todos os trabalhos são oriundos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Outra característica do conjunto da produção teórica desse tema é que três visões predominantes na trajetória da EP de 1960 a 1998 estão retratadas pelas 24 dissertações e teses analisadas.

Para alguns autores, a EP seria aquela organizada pelo sistema formal de ensino, que é destinada às classes populares, de caráter universal, ou seja, acessível a todas as pessoas. Para essa visão, a educação oferecida pelo Estado reflete, sobretudo, as idéias da classe dominante, mas não exclusivamente.

A principal autora mencionada nessa posição é Paiva (1983, 1984). Outros autores, porém, realçam o caráter político da EP na perspectiva da construção do poder popular a partir do saber das classes dominadas. As práticas educativas se dariam fora do âmbito do Estado para o desenvolvimento de uma democracia popular de modelo socialista. Como principais autores que argumentam sobre essa posição são destacados Brandão (1984a, 1984b) e Garcia (1984).

Uma outra visão centra seus esforços em analisar o que propõem os programas de EP promovidos pelo Estado ou pela sociedade civil. Para os autores que vêm a EP desse ponto de vista, o que define se um programa pode ser caracterizado como de EP são seus propósitos, se facilitam as transformações necessárias para a melhoria da qualidade de vida da maioria da população. Essa posição também considera o Estado capitalista como palco de lutas entre as classes sociais, e a escola está situada em meio a essa disputa. As organizações e movimentos de classe realizam EP quando desenvolvem atividades voltadas para os seus interesses de classe. O principal expoente dessa posição, mencionado pelas pesquisas, é Wanderley (1984).

* Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SUBTEMA V.1 – PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM EJA

Principais Problemas Abordados

As nove dissertações que versam sobre participação e autonomia dos movimentos sociais em projetos de educação de jovens e adultos nas parcerias entre Estado e sociedade civil debatem os limites e possibilidades dessas parcerias; elas analisam fundamentalmente como a sociedade civil está ampliando seus espaços de participação e afirmando novos direitos.

O Estado é mencionado como espaço em disputa. Nas políticas de educação e especificamente nos programas analisados, a relação entre Estado e sociedade civil demonstra várias possibilidades: pode haver manipulação dos movimentos por parte do Poder Público ou favorecer a formação de um espaço público democrático e contribuir para a construção de uma pedagogia do poder.

Os textos tratam de dois problemas centrais, tomando-se por base seus objetivos. A primeira problemática circunscreve-se em discutir os limites e possibilidades das experiências de educação popular em parceria com o Poder Público.⁵ Debatem essa questão: Albuquerque (1988), Alvarenga (1991), Andrade (1993) e Neptune (1989).

Albuquerque (1988), analisando os efeitos da prática de educação desenvolvida pelo Projeto Rondon em uma favela da periferia de Fortaleza na área do Parque São Miguel, demonstra que há diferença entre a ideologia veiculada pelo Projeto Rondon e o que efetivamente fazem os agentes que atuam na favela. O saber produzido na relação entre esses agentes e comunidade permite, de algum modo, a transformação da realidade. Este trabalho pontua a necessidade de olhar o Estado não de modo monolítico, pois seus agentes podem pensar diferentemente da orientação política mais geral.

Alvarenga (1991) e Andrade (1993) têm como objeto de estudo o Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense. Alvarenga (1991) investiga em que medida o Projeto de Educação Básica contribui para o desenvolvimento da cidadania, centrando seus estudos no Projeto de Educação Básica desenvolvido pela Associação de Moradores do Bar dos Cavaleiros em convênio com a Fundação Educar/UNICEF. Andrade (1993) também analisa os limites e possibilidades da relação contraditória entre Estado e movimento popular, assume o desafio de reconstruir a trajetória do *Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense*, direcionado a jovens e adultos analfabetos, desenvolvido também pela Fundação Educar, e dá conta desse desafio...

através de uma sistematização crítica que possibilite a análise do trabalho político-pedagógico que foi desenvolvido entre o Poder Público e entidades representativas dos movimentos sociais, priorizando uma abordagem que valorize a interpretação dos atores-autores deste processo. (Andrade, 1993, p. 15).

Neptune (1989), por sua vez, vincula as práticas político-pedagógicas realizadas nos Centros Polivalentes de Educação e Cultura – CEPECs como subversão à ordem estabelecida e construção da cidadania. A experiência analisada não está vinculada à alfabetização de adultos, mas, antes, à formação política das pessoas que executavam atividades nos bairros. A autora destaca que houve um trabalho de formação política envolvendo a comunidade local. O caráter desse trabalho de formação política é circunscrito à participação nas atividades do projeto.

A segunda problemática é sobre o aspecto pedagógico do processo de participação política (Mejia, 1994). O tema maior onde está ancorado este debate reside em como se dá a construção de uma pedagogia democrática do poder. Os autores analisam a pedagogia questionando em que medida ela possibilita a construção de um projeto político de emancipação e situam as contradições dos programas de alfabetização tendo como referência a idéia de uma pedagogia democrática na construção da relação de parceria entre movimentos populares e governos municipais democráticos e populares (Pontual, 1995; Rosas, 1996; Sales, 1998; Santos, 1992; Silva, 1994).

⁵ Este foi durante muito tempo um tema bastante debatido pela EP. Em um primeiro momento, buscou-se demarcar posições, estabelecer mais os limites da relação entre EP e Estado. O referencial bastante utilizado por esses trabalhos aqui estudados é Paiva, 1984. Os estudos aqui analisados partem desse referencial, entretanto acrescentam problemas mais vinculados às experiências de relação entre Estado e sociedade civil, destacando limites e possibilidades.

Os estudos demarcaram que durante os períodos em que perduraram os governos municipais mais abertos à participação popular, no discurso e nas iniciativas, as parcerias tenderam mais para incorporar uma preocupação com o desenvolvimento de uma pedagogia da participação que considera a importância dos movimentos sociais.

Pontual (1995) analisa os desafios pedagógicos na relação de parceria entre movimentos populares e governos municipais e os aprendizados que tiveram as entidades e movimentos populares no processo de construção dessa parceria, tendo como objeto de estudo o Programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo. Define, como objetivo,

verificar se houve uma mudança de qualidade na relação das entidades e movimentos populares, dedicados à alfabetização de jovens e adultos, com o poder público. Procuramos verificar o impacto da relação de parceria tanto quanto aos temas pautados pelos movimentos quanto em relação à prática dos mesmos. (Pontual, 1995).

Rosas (1996) analisa como o sucesso e o fracasso escolar estão presentes na experiência da *Proposta Teimosia*, projeto de alfabetização de jovens e adultos na rede municipal do Recife. O sucesso está imediatamente vinculado à participação popular e ao contexto democratizante, em que o Poder Público aposta em uma relação diferenciada com os movimentos sociais. O fracasso e o sucesso atrelam-se às condições de funcionamento das escolas.

Sales (1998) coloca uma questão que ressalta uma bipolaridade: analisa se o movimento popular se fortalece ou é cooptado na relação de parceria com o Poder Público municipal para a realização do Movimento de Alfabetização de Adultos – Mova.

Santos (1992) e Silva (1994) têm como objeto de estudo grupos envolvidos com educação popular na gestão popular do Recife no período 1985-1988. Santos (1992) analisa a relação do Estado com movimentos sociais urbanos, considerando-a como mutuamente determinante. Investiga as relações entre a prefeitura da cidade do Recife e o movimento de bairro, através de um projeto de educação de jovens e adultos realizado em convênio com a Universidade Federal de Pernambuco.

Silva (1994), por sua vez, sistematiza o processo de organização e mobilização dos grupos envolvidos com a EP. Ao identificar as estratégias de intervenção política e educativa dos grupos populares, analisa os avanços, impasses e retrocessos dessas práticas ante o Estado.

Principais Conclusões Presentes nas Pesquisas

As conclusões indicam um caminho com possibilidades e limites nas parcerias entre organizações sociais e Estado. Para alguns autores, ficam evidentes duas recomendações ao Poder Público: 1) que reafirme o que já assegura a Constituição de 1988, para a qual educação é um direito de todos e todas; 2) avalie as experiências anteriores, para não partir sempre do zero, gastando fortunas sem levar em consideração os erros e acertos de experiências passadas (Andrade, 1993).

O processo educativo analisado contribuiu para formar pessoas críticas, que valorizam o pensamento popular e superam o dualismo entre bem e mal:

um processo educativo que realmente contribua para formar educadores e educandos que “pensem, no sentido filosófico, ou seja, problematizem, questionem, não aceitem as informações simplesmente como definitivas, que recoloquem a questão ética em dimensão pessoal, privada e política, deve estar preocupado com a ampliação do universo de cada cidadão e valorizar as relações, o simbólico, a cultura, o cotidiano e sentimentos presentes nesse processo”. (Andrade, 1993, p. 97).⁶

⁶ A autora está citando Pessanha, J.A.M. (1989, p. 32).

Alvarenga (1991) conclui, por sua vez, que é difícil constatar o êxito ou não de uma proposta de construção da cidadania, porque é difícil buscar dados:

Ao darmos início às entrevistas com os grupos de alunos, defrontamo-nos com as primeiras decepções, que nos fizeram, a princípio, temer pelo possível esvaziamento do conteúdo da pesquisa, pois dos 35 alunos entrevistados muitos não conseguiram sequer nomear as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia de suas vidas. (Alvarenga, 1991, p. 102).

Os poucos dados que Alvarenga (1991) conseguiu mostram que os educandos têm uma expectativa diferente da que os educadores têm em relação à educação. Os educandos buscavam a escola como meio de ascensão social; para os educadores e membros das associações de moradores, a educação extrapola seu fim de alfabetizar e possibilita aos indivíduos a participação na associação e na luta pelos seus direitos. Na própria comunidade pesquisada, poucos alunos se integravam à associação. Como possíveis causas está o que a autora chama de “democracia” liberal-burguesa. A autora conclui que “o ‘Projeto Baixada’ não conseguiu ajudar, a curto prazo, para a superação dessa concepção ingênua e revestida pela visão burguesa sobre a educação” (Alvarenga, 1991, p. 104).

Outras pesquisas ressaltam mais o aspecto político na relação com o Estado. Quando há vontade política, é possível desenvolver práticas educativas que apontam para uma sociedade justa e igualitária. A descontinuidade da experiência por parte da administração municipal que sucedeu a que iniciou o projeto de educação popular demonstra falta de vontade política (Neptune, 1989) e prejudicou o andamento dos projetos iniciados (Pontual, 1995; Rosas, 1996).

Sales (1998) nos afirma que na experiência do Mova há brechas para fortalecer ou cooptar os movimentos sociais. O Mova pode contribuir para o fortalecimento dos movimentos quando abre espaço nas comunidades que pode ser ocupado pelo movimento organizado. A cooptação pode se dar quando o poder público repassa recursos e monitora a execução dos programas.

Silva (1994) afirma que a participação popular tem sempre um vínculo com projetos políticos e ideológicos delimitados por interesses concretos. Constata que há contradições nas práticas dos programas desenvolvidos junto às organizações populares. Pode haver manipulação dentro das próprias organizações populares, onde os mais informados têm mais poder do que os menos informados. Além disso, a instância de legitimidade das experiências dos grupos populares é a sociedade civil e não o Estado, que tende a continuar aprofundando a dominação capitalista.

Santos (1992) enfatiza mais os limites na relação com o Estado. O autor afirma que é difícil a consolidação de um projeto popular, tendo em vista o contexto histórico, econômico, político e social. Problemas observados também em outros projetos que não se propõem ser populares estão presentes no projeto analisado, tais como a evasão e a pouca articulação entre os pressupostos teórico-metodológicos e a prática pedagógica. O que foi objeto da pesquisa, a relação entre movimento de bairro e projeto de educação de jovens e adultos, também carece da devida articulação. A autora ressalta como aspecto positivo o convênio com a universidade, que possibilitou avanços teóricos importantes na clareza conceitual.

Há outros autores que não desconsideram os limites, mas localizam possibilidades. Para esses autores, o Estado deve ser considerado essencialmente como um espaço em disputa de projetos. Deste modo, os conflitos que se dão na sociedade também estão sendo travados no Estado. Chega-se a essa conclusão quando se considera que houve um aprendizado carregado de contradições tanto para os movimentos e entidades que participaram das experiências de parceria com o Estado quanto para as pessoas que estiveram à frente dos órgãos de governo. Foi possível quebrar entraves da máquina pública que dificultavam a parceria entre movimento popular e Poder Público (Pontual, 1995). Em outra pesquisa, a conclusão é que o trabalho mediado pelo Estado revelou várias possibilidades contraditórias. Foi possível o comprometimento dos agentes do Projeto Rondon com a organização dos grupos populares. Houve uma troca de saber entre ambos (Albuquerque, 1988).

SUBTEMA V.2 – EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Principais Problemas Abordados

Neste subtema estão agrupadas 12 pesquisas que debatem sobre a EP junto aos movimentos sociais, o que representa 50% do total da produção teórica sobre o tema. É neste subtema que está a única tese de doutoramento Moll (1998). Esses trabalhos reafirmam que a EP se dá mais claramente quando é realizada junto aos movimentos sociais ou quando constitui um espaço público democrático de interface entre Poder Público e comunidade. Nesse sentido, estão mais identificados com a visão de que a educação popular deve ser desenvolvida pelos movimentos sociais, na perspectiva de seu fortalecimento. Alguns chegam a opor educação formal à educação popular.

Embora esses trabalhos comportem uma abrangência temática nos seus objetivos, as 12 pesquisas foram classificadas a partir de três problemas fundamentais.

O primeiro problema abordado refere-se à formação dos educadores. Brito (1987), Christofolletti (1994), Fischer (1987) e Silva (1992) são autores que pesquisam sobre experiências de formação dos educadores.

Há uma expectativa de caracterizar a formação de educadores a partir da prática. Brito (1987) investiga sobre o papel do intelectual no processo de organização e interpretação das contradições sociais. Já Christofolletti (1994) investiga como a EP facilita a construção da cidadania e a transformação social através da modificação que opera na consciência dos seus educadores. Outra autora procura a relação entre o saber e o dirigir no trabalho dos agentes populares (Fischer, 1987). Outro modo de analisar o problema da formação dos educadores é descrevendo as possibilidades e limites; as crises, portanto, presentes nos seus trabalhos (Silva, 1992).

O segundo problema abordado é sobre as concepções e práticas de EP, tanto nos espaços de formação quanto junto aos movimentos sociais ou comunidades. Carneiro (1986), Fonseca (1996), Maciel (1986), Moll (1998), Silva (1996) e Stival (1988) pesquisam sobre concepções e práticas de EP. Debatem sobre a educação como prática social, portanto determinada também pelo contexto econômico e político (Carneiro, 1986). Buscam as matrizes discursivas presentes nos programas de formação de educadores populares do Instituto Cajamar⁷ (Fonseca, 1996). Analisam se as práticas educativas levam os participantes a desenvolver sua autonomia (Maciel, 1986). Situam a escola como espaço de participação na vida da comunidade (Moll, 1998). Discutem sobre os elementos constitutivos da política de formação do Partido dos Trabalhadores (Silva, 1996) ou o processo pedagógico-educativo desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST (Stival, 1988).

O terceiro bloco de preocupações está vinculado à discussão sobre os paradigmas e a teoria da EP. Aranha (1989) e Di Giorgi (1987) discutem mais exclusivamente esse tema: o primeiro procura entender como se dá a produção de conhecimento, elemento central do processo educativo; o segundo penetra nos paradigmas da EP e localiza duas posições divergentes a partir dos autores mais em evidência, Paulo Freire de um lado e grupo Nova e Clodovis Boff de outro.

Principais Conclusões Presentes nas Pesquisas

As conclusões apontam para o papel da educação popular na perspectiva da construção da cidadania. Há várias modalidades e intensidades diferentes. A escola ora aparece como

⁷ O Instituto Cajamar, também denominado INCA, foi fundado, em 17 de julho de 1986, por um corpo de sócios constituído de algumas lideranças do movimento sindical cutista, movimento popular, intelectuais e dirigentes do Partido dos Trabalhadores, todos eles com efetiva participação no processo de redemocratização do país que levou ao fim da ditadura (Fonseca, 1996, p. 24).

espaço onde é possível este tipo de educação (Moll, 1998), ora como reprodutora da ordem social vigente em oposição à educação informal, que passa de pai para filho (Carneiro, 1986).

Outras pesquisas concluem sobre a necessidade de um encontro entre o saber do educador e o dos sujeitos populares, para formar uma nova cultura no encontro entre agentes e movimentos – a teoria da transformação social vem de fora do mundo popular, e cabe a estes sujeitos assimilá-la. Isto faz com que o educador corra o risco de ser dominador, mas a sua contribuição será moldada pelo estágio em que se encontra o movimento, oferecendo um contraponto (Silva, 1992; Aranha, 1989; Stival, 1988).

As conclusões enfatizam o *como desenvolver* estas propostas de EP. Os animadores populares se formam na prática, entretanto, para não cair no pragmatismo e no espontaneísmo, faz-se necessária uma reflexão teórica e um aprofundamento sistemático deste processo de formação. Os autores afirmam que ação eficiente é ação refletida. Ademais, torna-se urgente recuperar a história do processo de organização e luta dos grupos populares, para evitar erros do passado. Há alguns limites mencionados nestes estudos: de uma parte, o processo de reflexão do papel dos agentes é realizado, em sua maioria, pelos próprios agentes, o que impede um olhar externo mais crítico; de outra, o enfoque das análises é, muitas vezes, restritivo (Brito, 1987; Fischer, 1987; Maciel, 1986).

A pesquisa que comparou duas experiências de educação popular – uma desenvolvida no âmbito do estado, outra no âmbito da igreja –, conclui que este segundo grupo ultrapassou os limites da ideologia do cotidiano, ao passo que o outro grupo, não (Christofoletti, 1994).

Há um espaço de atuação no qual prática pedagógica e política se encontram:

Vida comunitária e escola entrelaçam-se, com contradições e tensionamentos, constituindo interfaces pedagógicas e políticas nos encontros e confrontos entre este grupo da sociedade civil e o Estado. (Moll, 1998, p. 236).

Este encontro está delimitado por possibilidades e limites:

... a possibilidade da existência desta comunidade educadora define-se pela circulação de saberes; pela disposição pessoal e coletiva para resolução dos problemas concretos; pela participação; e pelo próprio patrimônio de vida comunitária a ser tematizado e evocado como elemento pedagógico. (Moll, 1998, p. 240).

Vai surgindo um outro tipo de aprendizagem, uma cultura comunitária, no diálogo crítico com o Estado:

... cruzar experiências educativas e culturais a partir do vivido pela comunidade; recuperar a memória dos movimentos de educação e cultura popular; e produzir formas novas nos processos de educação de adultos – no contexto da esfera pública e não-estatal – podem constituir-se como referências para movimentos que rompem com a descontinuidade, superem o centralismo do Estado e enraizem-se no mundo da vida da comunidade. (Moll, 1998, p. 243).

Em relação aos paradigmas da EP, Di Giorgi (1987) conclui que os autonomistas abandonam a discussão sobre o papel que o Estado desempenha na educação na sociedade capitalista, quando defendem a educação independente e autônoma para as camadas populares. Pretendem-se abrangentes, mas direcionam-se para a educação de adultos (Di Giorgi, 1987).

Fonseca (1996) conclui que a concepção e prática de educação popular do Instituto Cajamar tem uma peculiaridade, pois possibilitou a crítica ao modelo positivista de ler o marxismo como uma análise que não considera as mudanças. Na prática político-pedagógica do Instituto foram incorporados aspectos culturais e apoiaram-se na sociologia do trabalho e na psicologia social. "A incorporação de paradigmas da educação popular tiveram como consequência um distanciamento da educação oficial, da escolaridade." (Fonseca, 1996, p. 167).

Silva (1996) retoma Gramsci (1991), considerando que toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica. Nessa perspectiva, a ação do Partido dos Trabalhadores também é pedagógica quando discute temas vinculados à vida dos militantes. Muitas vezes, o papel dos dirigentes fixa-se em dizer o caminho do que “ampliar a capacidade de crítica e de elaboração das bases” (Silva, 1996, p. 154).

SUBTEMA V.3 – EDUCAÇÃO POPULAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Principais Problemas Abordados

Os problemas abordados tratam, de um lado, da EP promovida por sindicatos ou organizações dos trabalhadores; de outro lado, focam as dificuldades das classes trabalhadoras quando, numa perspectiva liberal, a educação – segundo Souza (1991) – começa a se expandir.

Dois trabalhos abordam a EP a partir da história das lutas anarco-sindicalistas, ressaltando a participação do povo nas lutas por educação e suas expectativas. Demonstram a importância atribuída à escola já no início do século XX nas pautas de reivindicações dos operários, seja na tendência anarquista ou trabalhista (Trota, 1991; Correa, 1987).

Correa (1987) demonstra que as atividades de EP realizadas no período foram marcadas pelo ideário pedagógico libertário. Já se esboça como os trabalhadores, em determinados períodos da história, conduziram seu próprio processo educativo, em oposição ao clero e ao Estado. Trota (1991), ao analisar as tendências anarquistas e trabalhistas, constata a diferença entre ambas em relação à ação política concreta.

Retratando o mesmo período, Souza (1991) se propõe analisar os problemas, os valores e as lutas das classes populares em relação a democratização do ensino. A autora recupera a perspectiva das classes populares na década de 20, descrevendo o universo de relações e significados que envolvem as classes populares quando essas se referem à educação.

Principais Conclusões Presentes nas Pesquisas

A questão da autonomia cultural e da educação a partir dos interesses dos trabalhadores foi bastante trabalhada nas pesquisas. Os autores concluem que as escolas autônomas dos trabalhadores influenciaram uma cultura diferente junto aos militantes e estudantes do magistério. Essas escolas tencionaram com o sistema oficial de ensino e criaram laços para os trabalhadores lutarem contra a opressão (Correa, 1987).

Trota (1991) conclui que a educação adquiriu um caráter importante para as lutas operárias, assim como qualquer outra reivindicação trabalhista. De forma autônoma, sem esperar passivamente do Estado, o movimento constituiu suas alternativas de educação. Para os anarquistas, a educação popular adquiria mais um papel de contestação à ordem social e econômica vigente, enquanto que, para os trabalhistas, a educação estava circunscrita à disseminação da escola pública para os trabalhadores.

Souza (1991) chama a atenção para as condições precárias de vida na cidade. Pelas suas condições de exclusão, as classes populares buscam estratégias para participar na sociedade: constituem associações, organizam greves, etc. A educação popular é tomada pela autora como educação pública oferecida às classes populares de modo precário, reforçando a exclusão social. A escola cumpria um papel na seleção social, pois aos filhos da elite estava reservado o ensino normal e secundário, enquanto que, aos filhos das classes populares, apenas o ensino primário ou profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS EM RELAÇÃO AO TEMA

Questões bastante debatidas por estudos realizados a partir de outras áreas (como as Ciências Sociais) sobre o modelo de Estado e relação entre sujeito e estrutura são retomados sob o ponto de vista da Educação nas 24 pesquisas analisadas. Quanto à Educação de Jovens e Adultos, algumas questões trabalhadas merecem ser destacadas:

a) Várias são as pesquisas que analisam a relação entre movimentos sociais e EJA. Para essas pesquisas, a Educação Popular consistiria em uma forma de os movimentos sociais se prepararem quanto ao saber para a participação na vivência em comunidade ou organização social. Surge de modo incipiente a discussão sobre uma pedagogia democrática do Poder Público. Algumas pesquisas a retratam de modo mais direto – como a de Pontual (1995), mas notamos que essa discussão ainda pode ser mais explorada, sobretudo na dimensão do poder local;

b) Algumas pesquisas descrevem como a participação popular, entendida das mais variadas formas, como parceria ou co-gestão de políticas públicas, pode assegurar o sucesso dos projetos de escolarização de jovens e adultos.

c) O conjunto das pesquisas sobre Educação Popular e EJA demonstra limitações para conclusões mais consistentes, aparentemente produto do pequeno número contemplado neste levantamento. Este fato, aliás, demonstra que o tema da Educação Popular, na sua relação com a EJA, perdeu importância em relação ao período anterior, dentro do campo da produção científica na área da educação.

d) Há que se notar, no entanto, um maior interesse da área em pesquisas que relacionam a Educação Popular com políticas públicas.

Anexo 1

PRODUÇÃO SOBRE O SUBTEMA V.1

Participação dos Movimentos Sociais em EJA

(continua)

AUTOR	ANO DE DEFESA	TIPO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	ASPECTOS EM DESTAQUE
ALBUQUERQUE, Maria Lucimar M. de	1988	Dissertação	UFCE	<i>Uma experiência de educação comunitária no contexto da política social do Estado.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Analisa os efeitos de uma prática de educação desenvolvida pelo Projeto Rondon em comunidade de favela da periferia de Fortaleza, na área do Parque São Miguel. – Verifica se o saber que está sendo produzido na prática pedagógica está voltado para a transformação da realidade desigual. – Realiza pesquisa participante com dois grupos da comunidade: um constituído pelos moradores e outro pelos agentes educadores do Projeto Rondon.
ALVARENGA, Márcia Soares de	1991	Dissertação	UFRJ	<i>A inter-relação entre educação popular e organização comunitária como um fator de contribuição da cidadania: um estudo de caso.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Analisa em que medida programas de educação popular contribuem para a construção de projetos de cidadania. – Investiga o Projeto de Educação Básica desenvolvido pela Associação de Moradores do Bar dos Cavaleiros e conveniado com a Fundação Educar/Unicef até 1989.
ANDRADE, Eliane Ribeiro	1993	Dissertação	FGV	<i>Nos limites do possível: uma experiência político-pedagógica na Baixada Fluminense.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Analisa os limites e possibilidades da relação contraditória entre Estado e movimento popular. – Busca superar as análises macro incorporando uma abordagem que englobe o cotidiano de quem se dedica ao projeto. – Investiga o trabalho político-pedagógico desenvolvido pela Fundação Educar no Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense, direcionado a jovens e adultos analfabetos, durante os anos de 1986 a 1990. – Realiza estudo de caso entrevistando coordenadores, professores, alunos e documentos produzidos pelo MEC.
NEPTUNE, Jussara Bressan	1989	Dissertação	Unicamp	<i>CEPEC: a escola cidadã.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Analisa como os Centros Polivalentes de Educação e Cultura – CEPECs – tornaram-se um espaço de construção da cidadania, subvertendo a ordem vigente. – Investiga a experiência que se deu no período de 1977 a 1982. – O estudo de caso investiga funcionários que se envolveram nos CEPECs. O trabalho com adultos estava voltado para preparação dos funcionários públicos, pais de crianças que estavam nesses Centros e a comunidade.

(conclusão)

AUTOR	ANO DE DEFESA	TIPO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	ASPECTOS EM DESTAQUE
PONTUAL, Pedro	1995	Dissertação	PUC-SP	<i>Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o Governo Municipal da cidade de São Paulo na gestão Luiza Erundina: a experiência do Mova-SP.</i>	<ul style="list-style-type: none">– Analisa a questão dos desafios pedagógicos na relação de parceria entre movimentos populares e governos municipais.– Investiga os aprendizados que tiveram as entidades e movimentos populares no processo de construção de parceria com o governo municipal, no Programa Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da cidade de São Paulo, durante os anos de 1989-1992.– Busca caracterizar a relação governo municipal e movimentos populares através de documentos e entrevistas com os sujeitos participantes da experiência do Mova.
ROSAS, Judy Mauria Gueiros	1996	Dissertação	UFPE	<i>Participação popular: a exclusão social na política de educação de jovens e adultos.</i>	<ul style="list-style-type: none">– Resgata a <i>Proposta Teimosia</i>, projeto de alfabetização de jovens e adultos na rede municipal do Recife nos anos de 1987 e 1988.– Focaliza a pesquisa em duas escolas, analisando as causas do fracasso escolar que persiste no projeto.
SALES, Sandra Regina	1998	Dissertação	UFF	<i>A relação sociedade política e sociedade civil no Mova de Angra dos Reis: fortalecimento ou cooptação.</i>	<ul style="list-style-type: none">– Analisa se o movimento popular se fortalece ou é cooptado na relação de parceria com o poder público municipal para realização do Movimento de Alfabetização de Adultos – Mova.– Entrevista membros do governo municipal, do movimento popular, monitores e alfabetizandos.
SANTOS, Mitzs Helena de Souza	1992	Dissertação	UFPE	<i>Educação de jovens e adultos: estudo de um projeto político-pedagógico.</i>	<ul style="list-style-type: none">– Analisa a relação entre Estado e movimentos sociais urbanos, investigando as relações entre a prefeitura da cidade do Recife – gestão 1985-1988 – e o movimento de bairro, por meio de um projeto de educação de jovens e adultos realizado em convênio com a Universidade Federal de Pernambuco.– Reflete sobre as dificuldades do projeto, tanto em termos qualitativo como quantitativo, a evasão e questões teórico-metodológicas.– Realiza pesquisa qualitativa, entrevistando 17 pessoas, e utiliza fontes documentais.
SILVA, Sônia Maria Cândido da	1994	Dissertação	UFPB	<i>O conceito de projetos populares de educação de jovens e adultos: a experiência de sua articulação e organização durante a gestão popular do Recife (1985 a 1988).</i>	<ul style="list-style-type: none">– Analisa o processo de organização e mobilização dos grupos envolvidos com a Educação Popular, na cidade do Recife, de 1985 a 1988.– Debate sobre a dimensão pedagógica do trabalho político.– Investiga documentos produzidos pela gestão popular e grupos populares de educação de adultos.

Anexo 2

PRODUÇÃO SOBRE O SUBTEMA V.2

Subtema V.2 – Educação para a Cidadania

(continua)

AUTOR	ANO DE DEFESA	TIPO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	ASPECTOS EM DESTAQUE
ARANHA, Felipe Soares	1989	Dissertação	UFMG	<i>Educadores populares e movimentos populares: relação de saber.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Analisa a relação educação/movimentos populares, a partir da questão gnosiológica. – Realiza pesquisa teórica com os textos produzidos por educadores populares desde 1960.
BRITO, Laura Maria de Farias	1987	Dissertação	UFPB	<i>Animadores de comunidade em processo de formação.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Analisa a questão da formação do educador popular a partir do processo educativo vivenciado pelos animadores de comunidade participantes do Programa de Formação de Animadores de Comunidade (Profac), promovido pela arquidiocese da Paraíba.
CARNEIRO, Ana Maria	1986	Dissertação	FGV	<i>Aprendizado da sobrevivência: trabalhadores rurais de Araçuaí (MG).</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Toma a educação dos trabalhadores rurais em Araçuaí como prática social e a analisa. – Estuda documentos e entrevista trabalhadores.
CHRISTOFOLETTI, Elisabete de Lourdes	1994	Dissertação	Unicamp	<i>Educação popular: facilitadora do processo de transformação social – uma leitura a respeito do movimento de consciência em educadores de adultos.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Analisa como a educação popular facilitadora do processo de transformação social acompanha e contribui para o movimento da consciência em seus educadores. – Estuda dois grupos que desenvolvem educação popular: um vinculado à Igreja Católica, em Rio Claro-SP; e outro pertencente ao Departamento de Ensino Supletivo (Desu) do governo estadual de Rondônia.
DI GIORGI, Cristiano Amaral G.	1987	Dissertação	PUC-SP	<i>O paradigma da educação popular e suas vertentes.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Apresenta e analisa posições divergentes dentro do campo progressista da educação popular. – Realiza uma pesquisa teórica para estudar o paradigma da educação popular, tomado como não-formal, e afirma que ele se divide em duas vertentes: a racionalista, representada por Paulo Freire, e a irracionalista, representada pelo grupo Nova e Clodovis Boff.
FISCHER, Maria Clara Bueno	1987	Dissertação	UFRGS	<i>Do agente ao educador popular: reflexões sobre um trabalho popular.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Analisa a relação entre saber e dirigir, na atuação de quatro agentes populares. – Estuda uma experiência realizada por esses agentes na Vila Fátima, periferia de Porto Alegre, no período de final de 1979 a início de 1985.

(continuação)

AUTOR	ANO DE DEFESA	TIPO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	ASPECTOS EM DESTAQUE
FONSECA, Maria Isabel	1996	Dissertação	PUC-SP	<i>Instituto Cajamar recuperando sua trajetória, visões e concepções de educação.</i>	<ul style="list-style-type: none">– Analisa as concepções de educação e as matrizes discursivas presentes na prática educativa junto aos movimentos sociais.– Descreve a experiência de formação política desenvolvida pelo Instituto Cajamar, no período de 1986 a 1994.– Estuda os relatórios produzidos por essa instituição e entrevista seus educadores e dirigentes.
MACIEL, Maria Helena Ribeiro	1986	Dissertação	UFPB	<i>A comunidade eclesial de base: um espaço para a educação popular.</i>	<ul style="list-style-type: none">– Analisa se nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) existe um espaço para prática educativa autônoma, para que os participantes desenvolvam sua capacidade de direção.– Estuda a CEB Açude das Pedras, em Itabaiana-PB.
MOLL, Jaqueline	1998	Tese	UFRGS	<i>Redes sociais e processos educativos: um estudo dos nexos da educação de adultos com o movimento comunitário e as práticas escolares no Morro Alegre.</i>	<ul style="list-style-type: none">– Analisa os processos educativos na trajetória de uma comunidade que luta pela conquista, permanência e manutenção da escola para os filhos.– Verifica nessa trajetória a construção de um espaço público democrático, sendo a escola o centro da vida coletiva no bairro Morro Alegre, uma comunidade na periferia da cidade de Porto Alegre-RS.– A autora entrevistou individual e coletivamente 47 pessoas e realizou relato de vida com seis pessoas.– Entre os entrevistados estão professores, funcionários, equipe diretiva, alunos e ex-alunos da escola, agentes do orçamento participativo, assessores do movimento comunitário e coordenação do Serviço de Educação de Jovens e Adultos (Seja).
SILVA, Carmen Sílvia Maria da	1996	Dissertação	PUC-SP	<i>Contribuições para uma análise da política de formação do Partido dos Trabalhadores – PT.</i>	<ul style="list-style-type: none">– Analisa os elementos constitutivos da política de formação do Partido dos Trabalhadores e sua relação com a educação popular.– Estuda a experiência de educação de militantes políticos a partir da elaboração partidária, no período de 1988 a 1993.– Pesquisou documentos do partido sobre formação política e entrevistou pessoas que participaram dos cursos de formação por ele organizados.
SILVA, José Barbosa da	1992	Dissertação	UFPB	<i>Assessoria e movimento popular: um estudo do Serviço de Educação Popular (Sedup).</i>	<ul style="list-style-type: none">– Analisa os dramas das assessorias, explicitando seus limites, a relação intelectual e massas.– Estuda o Serviço de Educação Popular (Sedup), no período de 1981 a 1987.– Realiza 28 entrevistas com membros da equipe do Sedup e pessoas dos grupos de trabalhadores, lideranças sindicais e autoridades eclesiais.
STIVAL, David	1988	Dissertação	UFRGS	<i>O processo educativo dos agricultores sem-terra na trajetória da luta pela terra.</i>	<ul style="list-style-type: none">– Analisa o processo pedagógico-educativo que se desenvolve no Movimento dos Sem-Terra – MST, na região do Médio e Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul.

PRODUÇÃO SOBRE O SUBTEMA V.3

Educação Popular na Primeira República

AUTOR	ANO DE DEFESA	TIPO	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	ASPECTOS EM DESTAQUE
CORREA, Norma Elisabeth Pereira	1987	Dissertação	UFRGS	<i>OS LIBERTÁRIOS E A EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL: 1895-1926.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Analisa as influências do movimento anarco-sindicalista e do ideário pedagógico libertário sobre a educação no Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, no período de 1895 a 1926. – Estuda as experiências de EP protagonizadas pelos trabalhadores no período, usando como fonte documentos da época.
SOUZA, Rosa Fátima de	1991	Dissertação	Unicamp	<i>Classes populares e educação popular na Primeira República: problemas, valores e lutas.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Analisa o processo de escolarização formal das classes populares em Campinas, na Primeira República. – Estuda os problemas, valores e as lutas das classes populares em relação ao período. – Pesquisa em documentos e entrevista pessoas que estudaram e lecionaram na década de 20.
TROTTA, Francesco	1991	Dissertação	PUC-RJ	<i>As correntes anarquistas e trabalhistas e a educação popular no Rio de Janeiro: 1888-1920.</i>	<ul style="list-style-type: none"> – Analisa a EP desenvolvida pela classe trabalhadora através das tendências anarquistas e trabalhistas. – Estuda a diferença entre essas duas tendências em relação à educação no período de 1888 a 1920, no Rio de Janeiro. – Pesquisa em documentos da época.

